

2 Perspectiva Teórica

Nesse capítulo, procuraremos apresentar a perspectiva teórica que norteia a pesquisa aqui desenvolvida e que serve de arcabouço para a análise dos argumentos e contra-argumentos que serão descritos nos capítulos 4 e 5.

Partindo-se de uma perspectiva pragmático-discursiva da linguagem, na primeira seção (2.1), faremos uma breve exposição das duas grandes vias que perpassam o pensamento e a compreensão sobre a linguagem: linguagem como representação e como práxis. Para tal, contextualizaremos de forma breve as origens filosóficas dessas formas de entender o fenômeno da linguagem. Como se verá nos capítulos seguintes, muitos dos argumentos dados no debate são de vetor representacionista. Apresentar a tensão entre as duas perspectivas ajuda, portanto, a compreender o debate.

Na segunda seção (2.2), apresentaremos as proposições de Foucault – um dentre muitos filósofos contemporâneos que desestabilizam essa linha de pensamento mais representacionista da linguagem – em *A Ordem do Discurso*, desdobrando os procedimentos apresentados por ele. Daremos particular atenção aos procedimentos internos e externos de *rarefação do discurso* de que fala o autor, uma vez que os consideramos relevantes para a análise e discussão dos argumentos e contra-argumentos que compõem o corpus dessa pesquisa.

2.1 Linguagem como representação e como práxis

Não fugindo a uma redução simplista, podemos identificar, no cenário atual, três grandes linhas de pensamento – o realismo, o mentalismo e o pragmatismo – que percorrem o campo da filosofia da linguagem. Pode-se dizer que o realismo e o mentalismo, juntos, opõem-se ao pragmatismo, uma vez que, enquanto os dois primeiros entendem a linguagem de um ponto de vista

representacionista, o terceiro, em contraposição, dá conta da linguagem como práxis, determinada histórica e culturalmente.¹

Ainda assim, salvos os respectivos posicionamentos de cada uma das duas grandes perspectivas – a representacionista e a pragmática –, ambas são mobilizadas por uma mesma questão, que diz respeito ao sentido. Nas palavras de Martins (2009, p. 442), “o que é para a palavra humana ter ou fazer sentido”?

Visto que essa pesquisa se debruça na disputa pela palavra “casamento” ao descrever as relações entre pessoas do mesmo sexo e se estamos aqui interessados em analisar um debate em torno dos sentidos de uma palavra, é importante então discorrer sobre esses dois principais pontos de vista que permeiam a linguagem e que, inevitavelmente, estão presentes nos discursos examinados.

Começamos então pela primeira perspectiva. Podemos traçar como primeiros representantes da visão representacionista na tradição ocidental os filósofos da Antiguidade grega, Platão e Aristóteles. Envolto em uma atmosfera de questionamento e “um desejo insaciável de indagação sobre a realidade circundante e sobre os modos de ser do homem no universo” (Robins, 1979, p. 08), aliados ao conhecimento da “existência de povos com línguas diferentes e de divisões dialetais dentro da comunidade de fala grega” (Robins, 1979, p. 08), não é de surpreender que os pensadores dessa civilização tenham sido, “ao especularem sobre a linguagem e sobre os problemas suscitados pelas investigações linguísticas, os iniciadores na Europa dos estudos a que podemos chamar ciência linguística no seu sentido mais amplo” (Robins, 1979, p. 07), e os semeadores de questões que permanecem até hoje no campo da filosofia da linguagem.

Pimenta-Bueno explicita que umas das principais discussões que tiveram início na antiguidade grega e que marcaram a evolução do pensamento linguístico foram as “discussões atinentes às relações entre as noções e as palavras que as designam” (2003, p. 17). Em *Crátilo*, um dos consagrados diálogos de Platão, essas questões são exaustivamente discutidas pelos três personagens que dialogam no livro, como resume Weedwood:

¹ É importante ressaltar que não é que os discursos representacionistas *neguem* a dimensão pragmática da linguagem, mas apenas que a consideram logicamente posterior ao funcionamento essencial da linguagem como sistema de representação.

Crátilo sustenta que a língua espelha exatamente o mundo; Hermógenes defende a posição contrária, a de que a língua é arbitrária; e Sócrates representa a instância intermediária, ressaltando tanto os pontos fortes quanto as fraquezas dos argumentos dos outros dois e levando-os, por fim, a uma solução conciliatória. (2002, p. 25)

Para Crátilo, que defende uma visão naturalista da linguagem, cada coisa tem um nome, que lhe é naturalmente próprio,

e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os Helenos como entre os bárbaros em geral. (*Crátilo*, 384a)

Já para Hermógenes, que defende uma visão convencionalista (ou pragmática) da linguagem, os nomes não têm outra propriedade que não seja

convenção e acordo. Para mim, seja qual for o nome que se dê a uma determinada coisa, esse é o seu nome certo; e mais: se substituirmos esse nome por outro, vindo a cair em desuso o primitivo, o novo nome não é menos certo que o primeiro. (...) Nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira. (*Crátilo*, 384d)

Como aponta Pimenta-Bueno, essa dicotomia natureza / convenção foi mais tarde elaborada por Saussure, em seu livro *Curso de Linguística Geral* (tradução brasileira, 1970), que, dentre diversos assuntos, trata da arbitrariedade do signo. Para Saussure (1970, p. 81): “o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário”.

No *Crátilo*, insinua-se uma perspectiva realista e representacionista da linguagem que é compatível tanto com o naturalismo quanto com o convencionalismo. Seja o nome natural ou convencional, deve manter uma relação fixa e objetiva com a entidade nomeada, com o real. Platão, sob um ponto de vista realista, entendia que

as palavras têm por propósito representar a realidade, não a realidade fenomênica, mas a realidade essencial das coisas. As essências que as palavras representam são entidades extralingüísticas universais, autônomas e transcendentais. Se a linguagem não tivesse por função representar essa dimensão essencial e verdadeira da realidade, seria uma atividade irracional (Martins, 2009, p. 461)

Dessa forma, para o filósofo, a função do nome é identificar a coisa nomeada. O realismo inaugurado por Platão, portanto, supõe que a linguagem “significa quando identifica parcelas da realidade”, ou seja, quando o significado

da “expressão linguística é a parcela da realidade que ela identifica” (Martins, 2009, pp. 443-442).

Embora não considerassem a linguagem como “um mero duplo do real, que se baseia em uma correspondência biunívoca óbvia entre os nomes e as coisas” (Martins, 2009, p. 444), os filósofos gregos que, como Platão, demonstraram uma inclinação realista, bem como muitos de seus herdeiros até os dias de hoje, constroem uma perspectiva que parece acomodar com maior conforto palavras como *cavalo* e *cadeira*, mas que coisas representariam, na dimensão do “real”, palavras como *providência* ou *talvez*?

O mesmo tipo de propensão será reconhecida em Aristóteles, que, assim como Platão, inclina-se para uma perspectiva da linguagem de caráter lógico e estável. Mas, diferentemente daquele, não entende que o “*locus da significação*” é exterior aos homens. Para ele, “as palavras representam alguma coisa que tem lugar no interior do homem”, ou seja, “a linguagem está subordinada em primeiro lugar à capacidade mental ou racional do homem” (Martins, 2009, pp. 464-465). Aristóteles “atribui às expressões linguísticas a função primeira de representar o que vai no interior do espírito” (Martins, 2009, p. 464).

Diferentemente de Platão, Aristóteles era assumidamente convencionalista, ou seja, defendia a relação arbitrária entre nome e coisa, como observa Robins: “Aristóteles adotou o ponto de vista convencionalista: ‘A linguagem resulta da convenção, visto que nenhum nome surge naturalmente’” (Robins, 1979, p. 15).

Dessa maneira, ao contrário do que se entendia no realismo platônico, no mentalismo inaugurado por Aristóteles, a linguagem “representa acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes”. No entanto, como aponta Martins, os pensadores que até hoje seguem o caminho mentalista inaugurado por Aristóteles, lutam com a questão: “o que seriam as entidades mentais”? (2009, p. 444) Retomando os termos utilizados em referência ao realismo, conseguimos mais facilmente conceber memórias conceituais ou imagéticas que contemplem palavras como *cavalo* ou *cadeira*, mas que entidades mentais contemplariam palavras como *não* e *coerência*? E, mesmo com palavras como *cavalo*, o que garantiria a uniformidade das representações mentais entre diferentes sujeitos?

Platão e Aristóteles (ou a perspectiva platônico-aristotélica, por assim dizer) parecem subvalorizar o aspecto pragmático da linguagem; ambos querem

sublinhar sua objetividade essencial. Entretanto, Aristóteles atualiza a díade que representa as ideias de Platão – linguagem-real – por uma tríade – linguagem-alma-real –, já que para ele:

Antes de tudo: o que existe na voz é símbolo das afecções da alma, e o que está escrito é símbolo do que existe na voz. E assim como as letras não são as mesmas para todos os homens, tampouco os sons vocais são os mesmos. No entanto, aquilo de que os sons vocais são signos, as afecções da alma são as mesmas em todos, como já são as mesmas as coisas às quais as afecções se assemelham (Aristóteles 1, 16a3, *apud* Martins, 2009, p. 464).

Nas perspectivas realista e mentalista, então, a linguagem serve para representar uma ordem fixa e verdadeira que lhe é exterior – o real, o pensamento. E essa verdade exterior prevalece sob os consensos ou opiniões que dela os indivíduos podem formar, sob a influência em circunstâncias variáveis.

Em contrapartida, temos a perspectiva pragmática. Podemos considerar que os principais responsáveis por inaugurar o pragmatismo na filosofia antiga foram os sofistas. Para eles, “a existência humana é lingüisticamente articulada”, nada mais do que “um modo de ver no qual a linguagem desempenha um papel crucial na nossa experiência de mundo” (Martins, 2009, pp. 452-453). Dessa forma, “o que uma expressão vem a significar é algo mutável, que se institui no próprio curso das nossas práticas, no entrelugar deixado pela não-fixidez de nossas crenças e pelo potencial persuasivo e mesmo demiúrgico da linguagem” (Martins, 2009, p. 453).

Os estóicos, séculos mais tarde, também vêm a contribuir para o desenvolvimento do pensamento de linguagem como práxis. Pimenta-Bueno (2003, p. 32) ressalta que os estóicos perceberam que não há uma correlação unívoca entre a forma de uma palavra e o significado desta, reconhecendo assim que os significados das palavras não existem fora de contexto, de modo isolado.

Como Martins (2009, p. 453) expõe, na perspectiva pragmática,

As expressões significam não porque representam algo por si só, não por possuírem qualquer sentido imanente, mas antes porque, jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser estimados mas nunca garantidos de antemão.

Para a visão pragmática, por conseguinte, “o significado corresponde ao uso culturalmente determinado que fazemos das palavras” e a linguagem é “usada e vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade linguística,

histórica e culturalmente determinada” (Martins, 2009, pp. 442-444). O consenso, então, prevalece sobre a “verdade”.

Ao longo da análise dos discursos aqui examinados, observaremos a manifestação dessas duas concepções de linguagem – a representacionista e a pragmática. Todavia, é da percepção de linguagem como práxis que partiremos e nos sustentaremos ao desenrolar desse estudo.

2.2

A proposta de Foucault em *A Ordem do Discurso*

Nessa seção, como já mencionamos, discutiremos o discurso a luz das proposições do filósofo francês Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*. A principal revelação do autor em sua aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, foi a de que as práticas discursivas estão permeadas de poderes que cerceiam e controlam os discursos na sociedade. Foucault revela que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (Foucault, 1970, p. 10) É por esse motivo que concordamos com Foucault quanto a nossa investigação em relação a o debate pela palavra *casamento* ao referenciar relações homossexuais no Brasil, e é por esse motivo que os procedimentos revelados por Foucault são peça fundamental nessa pesquisa.

Para entendermos quais são e como funcionam tais procedimentos, precisamos, antes, estabelecer o que é discurso, ou, pelo menos, o que é discurso nas dimensões desse trabalho.

Na concepção de Foucault, o discurso não pode ser confundido

com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (1969, pp. 147-148)

Para Foucault, o discurso é entendido como uma prática heterogênea e de dispersão, em que se dispersam temáticas e teorias. Estamos interessados, portanto, no discurso como espaço para cristalização e manipulação de sistemas

de pensamento, ideias, imagens ou outras práticas em que se traduzem conflitos de poder entre diferentes classes sociais. Assumimos, conseqüentemente, que os discursos não apenas refletem as transformações históricas e sociais ou a forma como as ideias se expressam por meio da linguagem, mas, bem mais do que isso, produzem transformações na sociedade, e são regidos por regras e convenções das quais as comunidades linguísticas muitas vezes não têm consciência ou não conseguem identificar.

Em *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault refere-se ao discurso de um modo que poderia ser comparado à noção de campo magnético. Assim como o campo magnético se espalha no espaço, abrange diferentes linhas de força agrupadas em torno de diferentes pólos magnéticos e, em virtude disso, exerce força sobre outros materiais magnéticos, no que concerne ao discurso, tudo o que é dito (seja escrito ou falado), segue certa regra em sua dispersão (Cf. Foucault, 1969, cap. 1)

De acordo com a leitura de Clayton Whisnant (s. d., p. 5-7), Foucault apresenta quatro maneiras pelas quais o discurso opera: a) o “discurso como criador do mundo”, b) o “discurso como gerador de conhecimento e *verdade*”, c), o “discurso como aquele que diz alguma coisa sobre as pessoas que dizem o discurso” e, finalmente, d) a “relação do discurso com o poder”.

No que diz respeito ao discurso como criador do mundo, o teórico francês fala de como as nossas percepções de mundo, associações e a forma como nos comportamos em relação aos objetos e às pessoas que nos rodeiam são moldadas pelo discurso. Dessa forma, a linguagem desempenha um papel crucial na construção da nossa realidade uma vez que, por meio da interação entre a experiência e a educação, construímos o mundo.

Para Foucault, o discurso gera conhecimento e “verdade” porque ambos são organizados por meio das estruturas e associações que fazemos envolvendo a linguagem. Como os discursos estão invariavelmente ligados a certos contextos ou a gêneros discursivos, dependendo do contexto, o discurso tem o poder de convencer as pessoas a aceitar como verdadeiras certas declarações ou proposições que não têm exatamente relação com a verdade – ou com o que diversas classes da sociedade consideram como verdade.

A homossexualidade, por exemplo, até algumas décadas atrás, era considerada como distúrbio ou doença por organizações ligadas à saúde e à

medicina, mesmo que a prática da homossexualidade sempre tenha existido e tenha sido aceita ou comum em outras épocas e culturas. Uma prática comumente aceita no passado pode ainda hoje ser considerada doença quando segue apoiada por um discurso que tem autoridade para falar do que é ou não saudável.

Para o autor, a ideia de discurso como aquele que diz alguma coisa sobre as pessoas que dizem o discurso se relaciona com o fato de que a linguagem não apenas comunica conhecimentos e verdades, mas informa sobre a pessoa que fala o discurso. Ao analisar a fala de uma determinada pessoa, pode-se estabelecer, por meio do discurso, o sexo, a sexualidade, a etnia, a classe social e a relação implícita de poder com as pessoas com quem esta interage.

Finalmente, um dos aspectos do discurso que mais nos interessa nessa pesquisa: o discurso e o poder. Foucault sustenta que o discurso está intimamente ligado com o poder uma vez que abre espaço para que certas pessoas digam "verdades" ou tenham credibilidade naquilo que dizem. Dessa maneira, o discurso imprime a essas pessoas ou instituições algum grau de poder social, cultural ou político. As instituições religiosas, por exemplo, são vistas como tendo autoridade para falar do que é divino, e por isso exercem poder sobre um grupo de pessoas, moldando e influenciando a forma como as mesmas se organizam socialmente ou interpretam o mundo. Essa questão é evidente quando percebemos como, por exemplo, no Brasil, há um grande número de deputados e senadores que carregam seus títulos religiosos (pastor, padre, etc) para a esfera política e para campanhas eleitorais. As instituições religiosas têm consciência da influência que exercem sobre as pessoas e a extensa bancada religiosa no nosso congresso corrobora isso.

Antes de começarmos a destrinchar as proposições de Foucault no que diz respeito à forma como o discurso se ordena, consideramos também importante ressaltar que os discursos são múltiplos, competem entre si, mudam ao longo do tempo, podem ser subdivididos ou podem ainda existir ou estar inseridos dentro de outro discurso, como veremos muitas vezes nos argumentos e contra-argumentos analisados nos próximos capítulos.

Levantaremos, então, as proposições de Foucault sobre a forma como o discurso se ordena e se organiza, conforme *A Ordem do Discurso* (doravante OD).

É importante, ao olharmos para as proposições desse teórico, não perdermos de vista “a historicidade do discurso, a sua acomodação a diversas situações para se estabelecer como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, em ato de força”, e ter sempre em vista que “quem diz sempre o faz a partir de um lugar e com uma intenção” (Florêncio, s.d., p. 3)

Foucault inicia a sua aula inaugural apresentando sua hipótese. Para o filósofo, “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar os seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (OD, p. 09). Aos poucos, página por página, o autor vai revelando de que forma estamos, sem percebermos, submetidos ao discurso, e não o contrário.

Foucault apresenta, então, os procedimentos *externos* e *internos* de rarefação que, segundo o autor, controlam o discurso.

Quanto aos procedimentos externos que, para ele, funcionam como sistemas de exclusão que põem em jogo o poder e o desejo, Foucault apresenta e discute as *interdições* (que se relacionam com a proibição da palavra), a oposição entre a razão e a loucura e, por fim, a oposição entre o verdadeiro e o falso.

Com relação à palavra proibida, Foucault defende que não somos livres para dizer qualquer coisa, quando ou onde quisermos. Ele apresenta então três tipos de “proibição da palavra”: o *tabu do objeto* (não se tem o direito de dizer tudo), o *ritual da circunstância* (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância) e o *direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala* (não se pode falar de qualquer coisa).

Essas proibições se complementam, estão inter-relacionadas e formam uma complexa rede sempre sujeita a modificações e ajustes. Foucault ressalta que as áreas mais “nobres” da interdição contemporânea são a política e a sexualidade – não é ao acaso que ambos os temas estão fortemente presentes nessa pesquisa:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (1970, p. 10)

Outro procedimento *externo* apresentado pelo teórico é a *oposição entre a razão e a loucura*, em que a palavra do louco é excluída, rejeitada, ou entendida como mística, secretamente investida pela razão, cabendo a psicanalistas e psiquiatras escutá-la e decifrá-la. Foucault afirma que essa antiga divisão entre o discurso do louco e o discurso da razão sempre considerou duas possibilidades: ora o discurso do louco era considerado completamente irracional, e por isso desprovido de qualquer verdade; ora o discurso do louco revelava uma racionalidade própria, escondida, ligada ao desejo.

Finalmente, ao falar sobre a *oposição entre o verdadeiro e o falso*, Foucault destrincha a *vontade de verdade*. Para o autor, há uma vontade de verdade, e seu desenvolvimento pode ser observado por meio de um sistema de exclusão que vem acontecendo ao longo da história e que é apoiado institucionalmente: na pedagogia, no sistema de livros e de edição, nas publicações, bibliotecas, nas sociedades científicas (no passado), laboratórios (atualmente), nas formas de distribuição e valorização, na maneira como o conhecimento é explorado, dividido e atribuído na sociedade. Ele nos diz:

A verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (1970, p. 15)

Nessa passagem Foucault atribui essa elevação da *verdade* ao que o discurso *diz* em detrimento do que *faz* ao advento da filosofia socrática e seu triunfo histórico sobre o pensamento sofista. A vontade de verdade funciona, portanto, como um imperialismo discursivo uma vez que se traduz como fonte de pressão sobre outros discursos, tem poder de coerção – principalmente no que diz respeito à literatura, às práticas econômicas e, como nos interessa nessa pesquisa, ao sistema de leis, apoiado na sociologia, na psiquiatria ou na medicina. Concluimos, então, que a vontade de verdade se dissimula e se transforma em um poderoso instrumento de exclusão.

Foucault então se propõe a falar dos *procedimentos internos* de controle e delimitação do discurso. Ainda para o teórico, nos sistemas *internos*, diferentemente dos *externos*, o discurso exerce seu próprio controle e define regras que dizem respeito a princípios de classificação, ordenação, distribuição, como se lidássemos, agora, com outra dimensão do discurso, a que diz respeito

aos eventos e ao acaso. Foucault nomeia três *procedimentos internos*: o *comentário*, o *autor* e a *disciplina*. Discutiremos cada um dos três.

O teórico entende que toda sociedade possui suas narrativas, que são incansavelmente contadas e recontadas. Há, para ele, discursos fundamentais, criadores, textos ritualizados que são ditos apenas em circunstâncias muito específicas, fórmulas e falas que se conservam no tempo por se acreditar que há nelas algum segredo escondido (textos religiosos, jurídicos, literários ou até mesmo científicos).

Há discursos, portanto, de diferentes tipos: discursos efêmeros proferidos ao longo do dia ou em situações casuais e discursos que são reiterados, transformados, discutidos, reproduzidos indefinidamente, e a diferença entre esses dois tipos de discursos não é estável, constante, ou, ainda, absoluta.

Os *comentários* são, dessa forma, textos que surgem a partir de outros textos, e há diferenças básicas entre os textos primeiros (os originais), e os textos segundos (os *comentários*). O *comentário*, diferentemente do texto original, permite que se construam infinitamente novos discursos, já que a permanência do texto original faz com que novos sentidos e significados sejam trazidos constantemente para a discussão. Além disso, o *comentário* diz pela primeira vez aquilo que sempre esteve articulado no texto original, mas que nunca havia sido dito antes.

O segundo procedimento interno é chamado por Foucault de *autor*. Na literatura, na filosofia e na ciência, o *autor* funciona como um princípio de agrupamento do discurso. Este princípio não nega a existência de um autor único, individual, que escreva individualmente, mas, admite que quando escreve, há uma funcionalidade em seu texto, ou seja, os textos são sempre organizados respeitando uma função, e não um caráter individual.

Enquanto o *comentário* limita o acaso do discurso por meio de um jogo de uma identidade que assume a forma da *repetição* e do *mesmo*, o *autor* limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que assume a forma da identidade e do eu. (OD, p. 29)

Por fim, o último *procedimento interno* apresentado por Foucault, a *disciplina*, diz respeito a um sistema de controle e organização que se opõe aos outros dois princípios acima apresentados.

Ela se opõe ao *comentário* porque não há na disciplina um sentido a ser redescoberto, uma identidade a ser repetida, mas sim aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados, uma vez que na *disciplina* só há a possibilidade de formular proposições novas. (OD, p. 30)

Ela também se opõe ao *autor* porque a *disciplina* se define como um sistema anônimo à disposição de qualquer pessoa, um domínio de objetos, métodos, técnicas e proposições consideradas verdade.

Seu papel na limitação do acaso no discurso está no controle da produção do discurso pelo jogo de uma identidade que assume a forma de uma reatualização permanente das regras. Uma proposição, para poder ser admitida dentro de uma disciplina, precisa dar conta de certos requisitos básicos: precisa ser verdadeira e reconhecida dentro das delimitações da área de conhecimento em questão.

Outro procedimento minuciosamente exposto por Foucault no que tange ao controle do discurso são os *procedimentos de rarefação do sujeito*, que determinam as condições do funcionamento discursivo, impondo aos que falam certo número de regras, qualificando quem pode ou não falar. Os *procedimentos de rarefação do sujeito* apresentados por Foucault são: *ritual, sociedades do discurso, doutrinas e apropriação social dos discursos*.

O *ritual* define a qualificação que devem possuir os sujeitos que falam, seus gestos, comportamentos e efeitos naqueles a que se destinam. Foucault considera, especialmente, o discurso religioso, jurídico, terapêutico e político como indissociáveis do funcionamento do ritual.

As *sociedades do discurso* têm como função preservar ou reproduzir o discurso, mas de maneira que esses discursos circulem apenas dentro de uma comunidade fechada, seguindo regras rigorosas. O número de indivíduos que fala é limitado, e só entre eles o discurso pode circular. Foucault exemplifica:

Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade. É bem possível que o ato de escrever tal como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edificação e no personagem escritor, tenha lugar em uma “sociedade de discurso” difusa, talvez mais certamente coercitiva. A diferença do escritor, sem cessar oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta a seu discurso, a singularidade fundamental que atribui há muito tempo à “escritura”, a dissimetria afirmada entre “criação” e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isto manifesta na formulação (e tende, aliás, a reconduzir no jogo das práticas) a existência de certa “sociedade do discurso”. (1970, p. 40)

As *doutrinas* (religiosas, políticas, filosóficas) tendem ao contrário do que ocorre nas sociedades de discurso, ou seja, tendem a se difundir. Além disso, “a doutrina liga os indivíduos a certo tipo de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros;” (OD, p. 43).

Por último, Foucault traz para a discussão a *apropriação social dos discursos*, que acontece por meio da educação. O teórico é enfático ao tratar de como a educação também determina de que forma o discurso funciona:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (...) O que é o sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma apropriação do discurso em seus saberes e seus poderes? (1970, p. 44)

Nossa proposta nesse trabalho é, portanto, “mostrar à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (OD, p. 70) nos discursos que serão analisados. Esperamos evidenciar e colocar em questão as instâncias do controle do discurso observadas e discutidas por Foucault.